

Bloco 3

Corpos dissidentes na produção de outras territorialidades: entre a casa, a rua e o palco

Centro Histórico Travesti

Uma Conversa com Keila Simpson

Conversa entre:

Keila Simpson

Centro de Proteção e Defesa dos
Direitos LGBTQIA+ da Bahia

Eduardo Rocha Lima

Universidade Federal da Bahia
Cartografia Sexuada de Salvador

Fayola Caucaia

Universidade Federal da Bahia
Cartografia Sexuada de Salvador

Numa manhã da primavera de 2019, conversamos com Keila Simpson no Casarão da Diversidade, em Salvador, sede do CPDD (Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+)¹. Naquele momento, Keila ocupava o cargo de Coordenadora Geral deste órgão vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia (SJDHDS) e, também, o lugar de presidenta da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Em seu depoimento, Keila narra a chegada na cidade de Salvador, em meados da década de 1980, e os desafios encarados por uma jovem travesti que saiu de Pedreiras, interior do Maranhão, passou por algumas capitais do Nordeste brasileiro, como São Luís, Teresina e Recife e que encontrou, na capital baiana, um território possível à sua permanência². Nessa cidade, Keila finalmente experimenta uma ambiência intensamente pulsante pela presença de uma comunidade numerosa de pessoas transexuais e travestis, trabalhando na prostituição como ela e vivendo em habitações coletivas na região do Centro Histórico, bairro do Pelourinho.

Atualmente, com trabalho longo como ativista defensora dos direitos humanos e das pautas da comunidade transexual e travesti,³ não apenas da Bahia como de todo Brasil, Keila Simpson atingiu reconhecimento político e social que engrandece enormemente todo seu percurso histórico. A chegada em Salvador marca o início de sua jornada na ação política por ser moradora do Pelourinho e vivenciar cotidianamente todo o processo de reurbanização e de renovação econômica e social implantado na área, no início da década de 1990. Neste momento, o Governo do Estado da Bahia colocava em prática a primeira etapa do “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”⁴, preparando o Pelourinho como o principal “cartão-postal” da capital baiana.

¹ A conversa com Keila Simpson, realizada por Eduardo Rocha Lima e Fayola Caucaia, aconteceu numa manhã de outubro de 2019 como parte de um projeto de extensão do grupo de pesquisa Cartografia Sexuada de Salvador.

² A trajetória de Keila, desde adolescente até a sua chegada e permanência na capital baiana, está documentada no filme em longametragem, dirigido por Gilson Goulart e Keila Simpson e titulado “Um Atentado Violento ao Pudor”, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5lzl>.

³ Hoje, desde o primeiro semestre de 2024, Keila voltou a assumir o cargo de Coordenadora Geral do CPDD, cargo que ela havia ocupado entre os anos de 2019 e 2020.

⁴ Planejamento urbanístico estruturado para acontecer em dez etapas, esse Programa de Recuperação manteve até a sexta etapa – início dos anos 2000 – a estratégia de recuperar os casarões coloniais para usos comerciais majoritariamente voltados ao consumo de turistas e das classes médias e altas soteropolitanas, com restrições ao uso habitacional. Nesse processo, consolida-se a expulsão de milhares de moradores, a partir de justificativa oficial que persiste em afirmar o estigma social vinculado à prática da prostituição, praticada na área tanto por mulheres trans como por mulheres cisgêneras, como “problema” que precisava ser sanado nesta – ou afastado desta – região da cidade. (Sobre esse tema da construção do “problema” da prostituição no Centro Histórico de Salvador, ver: ROCHA LIMA; PAJEÚ, PINTO (2022.)

Nas páginas a seguir, Keila constrói uma cartografia da região central de Salvador a partir das vivências da comunidade LGBTQIAPN+ soteropolitana, nas últimas duas décadas do século XX. Nos apresenta nomes de pessoas, nomes de ruas, de boates, bares e de diversos outros locais de moradia, trabalho e sociabilidade de uma população extremamente marginalizada pela sociedade e os poderes do Estado. Ela nos narra as relações interpessoais produtoras da vida comunitária naquele território, além de rememorar todo um universo de táticas de resistências seu e de suas companheiras para sobreviverem ali sob constantes ameaças, seja por meio das ações policiais ou pelas ações dos órgãos urbanizadores responsáveis pelas transformações espaciais do Pelourinho.

A narrativa histórica trazida por Keila dar a ver redes de solidariedade, tecidas pela ajuda mútua, extremamente necessárias para manutenção da vida em um espaço visado por interesses econômicos. Keila Simpson, em seu discurso, nos mostra uma consistente “política de coligação” (BUTLER, 2018) tramada no cotidiano pela ação coletiva que possibilitava não só a existência, já de décadas naquele lugar, de muitas vidas não reconhecidas pelo Estado e nem pela sociedade, como também expõe a dimensão coletiva da produção das arquiteturas e da cidade por sujeitos sexo-gênero dissidentes, que, constantemente, encontram nas relações interpessoais entre seus semelhantes o único terreno possível para o exercício de suas vidas dentro de contextos urbanos específicos.

Impossível se deparar com o depoimento de Keila e não se questionar sobre o compromisso ético da ação do arquiteto e planejador urbano dentro dos processos financiados pelos poderes públicos de transformações das (infra)estruturas e das territorialidades urbanas. Uma ética que deveria questionar o interesse econômico de poucos e colocar em xeque os estigmas, os preconceitos e as normas sociais excludentes, afirmando o reconhecimento territorial da ação coletiva dos distintos sujeitos sociais e a legitimação democrática da diversidade de corpos produtora da cidade.

Escutando e lendo Keila Simpson, aprendemos que as ações sociais coletivas produtoras de espaços têm como fundamento e objetivo a manutenção da vida. Vida essa que se realiza no cotidiano urbano em proximidades, práticas ordinárias e ações planejadas, as quais são repletas de afetividades (positivas e negativas) e parcerias momentâneas que nos ajudam a reconhecer e afirmar quem somos e onde estamos.

Instigada a contar sua trajetória até chegar à capital baiana, Keila narra sobre o acolhimento encontrado nesta cidade, assim como sobre as articulações e os conflitos da convivência no Centro Histórico, durante um período de extremo controle de suas presenças na cidade.

Keila Simpson: Chegamos em Recife apenas com o dinheiro da passagem. Nesse período, a gente já viajou de ônibus, provavelmente eu já estava de maior, já tinha documento. A gente não pegou carona, a gente pegou um ônibus em Recife e saltamos aqui em Salvador. E aqui a gente desceu, deixamos nossas malas, a bolsa de viagem que a gente tinha na rodoviária e viemos até o Elevador Lacerda. O Elevador Lacerda era o centro de Salvador, então vamos para o Elevador.

Pegamos o ônibus e fomos para o Elevador Lacerda, era umas duas ou três horas da tarde, descemos no Elevador Lacerda, sem ter tomado banho, se alimentado muito mal, fomos andando pela cidade baixa, sentido Porto da Barra, nossa meta era chegar na Barra andando, a gente não tinha mais dinheiro para transporte, o último dinheiro que a gente tinha foi esse que a gente conseguiu chegar da rodoviária aqui no Centro.

E aí fomos andando pela parte do Comércio, pela parte da Marinha até chegar na Praia da Preguiça, chegando na Praia da Preguiça a gente estava com tanto calor, que eu falei: “Bruna, vamos tomar um banho?”. E aí a gente mergulhou no mar de roupa e tudo, com a roupa que a gente estava a gente mergulhou, ficamos um tempo na Praia da Preguiça tomando banho, refrescando o corpo e depois saímos andando, com a roupa molhada mesmo, nossa meta era chegar no Cristo da Barra.

Chegamos andando no Cristo da Barra, a gente fez um percurso muito longo para chegar na Barra, acabamos chegando na Barra e o lugar era o Cristo, onde as travestis trabalhavam, ficamos no Cristo, eu e Bruna, eu ainda vestido de menino e Bruna também. Não tinha nenhum silicone, e hormônio muito pouco, mas assim mesmo ficamos lá na Barra.

De repente chegou uma travesti. A gente tinha visto essa travesti em Recife e acabamos vendo aqui em Salvador, chamada Priscila. Era muito bonita, o corpo bem feito de silicone, um peito enorme, ela trabalhava com umas perucas muito cumpridas, com lente de contato nos olhos. Ela era uma aparição que a gente via do que provavelmente almejávamos para o nosso futuro, e assim que ela nos viu, foi uma reação diferente. Em Recife tivemos uma reação hostil das travestis que estavam na rua. Chegou uma que queria tirar a gente da rua, pra botar a gente pra correr. Tem muito essa coisa de território do mundo das travestis, ainda hoje tem, antes era bem pior.

Já foi completamente diferente aqui em Salvador. Quando em Recife, elas se aproximavam para tirar a gente da Casa da Cultura, o lugar que a gente estava tentando

trabalhar, ou pelo menos ficar lá. A gente nem estava trabalhando, estava ainda só anestesiada com aquela imagem que estávamos vendo: aquela profusão de travestis na noite, nas esquinas, carros passando, as pessoas transitando, a gente nunca tinha visto. Mas a recepção foi muito hostil, quando se aproximou uma travesti que queria “botar a gente pra correr”, termo utilizado na época, quase a gente teve um entreveio de brigar ali pra permanecer no lugar.

Aqui em Salvador não, a primeira vez que a Priscila olhou para a gente, ela perguntou: “Vocês estão trabalhando aqui?”. E disse depois: “Tá, fica naquele coqueiro ali, a outra fica naquele coqueiro lá”.

Parece que tinha sido determinado, acho que ela olhou para a nossa imagem e achou que a gente não ia incomodar em nada aqui. Uma travesti que tinha quase dois metros de altura, com seios enormes, quadril enorme – com dois viadinhos que tinham acabado de chegar, com um shortinho e camiseta da rua –, pensou: “não vão me fazer nenhum incômodo”. Acho que foi legal ela ter pensado dessa forma. Eu estou dizendo que ela deve ter pensado, porque ela não disse isso, mas devo ter entendido pela forma como ela tratou a gente: “Não tá me incomodando em nada, então fica ali na frente”. Eu pude depois perceber que isso não era comum com todo mundo, tinha territórios aqui que estavam sendo sitiados com outras pessoas, ainda hoje tem.

Mas a gente ficou na Barra, no Cristo, naqueles coqueiros que tinha no antigo (club) Espanhol, e eu acabei fazendo um programa ou dois. Toda aquela área do Cristo da Barra até o Espanhol, naqueles coqueiros ali, era ponto de prostituição das travestis. Elas tinham primeiro (pontos de prostituição) no Parque da Cidade, o Parque da Cidade acabou, elas foram uma parte pra Pituba e outra parte ficava no Cristo da Barra.

E a gente fez o programa, eu fiz o programa, acho que Bruna não fez nenhum. Pedi pra um dos clientes que eu saí por último pra deixar a gente na rodoviária porque a gente tinha as malas pra pegar. Então a gente foi, ele levou a gente pra Rodoviária, a gente pegou e tirou as malas e pedimos para o cliente deixar a gente na Praça da Sé, ele se comprometeu e trouxe a gente. A gente desceu na Praça da Sé, eu e Bruna, e logo na Praça da Sé tinha um grupo de pessoas. Era uma hora, quase duas da manhã, e a gente se aproximou, e elas também foram muito amistosas. Tanto a Priscila quanto esse grupo que a gente encontrou. Me recordo que tinha Sueli, que a gente chamava de Sueli Ovo na Boca, porque ela tinha as bochechas grandes. Tinha também Rita Lee, Mirinha e Shirley – estavam todas essas travestis, que infelizmente não estão mais conosco, já morreram. Esse grupo, onde estavam essas meninas, perguntou se a gente estava procurando casa pra morar – acho que era muito comum chegar gente assim, porque elas

não estranhavam mais – e a gente falou que sim, que tínhamos acabado de chegar. Elas indicaram um local pra gente procurar casa na Rua do Bispo, chama Casa de Lúcio, lá não tinha vagas. Depois fomos para a casa de Vavá, que também não tinha vaga, depois levaram a gente na Rua da Oração, na casa de dona Diaci, uma rua que está a um quarteirão daqui (sede do Casarão da Diversidade, Rua do tijolo, Pelourinho).

Chegamos lá e a Dona Diaci acordou na madrugada e nos deu um quarto: um quadrado de 2m X 2m, ou 3m X 3m no máximo, e só tinha os compensados da parede e uma porta que ela fechava com uma corrente – que nem tinha corrente e não tinha nada no quarto. Ela mostrou o quarto pra gente, era um vão sem nada dentro, mas a gente queria um lugar para pelo menos passar a noite e a gente aceitou, não tinha nada no quarto, daí ela falou: “em uns papelões aqui, se vocês quiserem, para não dormireem no chão de madeira”.

Ela trouxe os papelões, a gente deitou no quarto e dormimos. Passamos a noite. Tínhamos um lugar ao menos para dormir. Fiz da minha bolsa meu travesseiro e a Bruna também. Acabamos dormindo. No outro dia, conseguimos um colchão, uma espuma em algum lugar, tínhamos pelo menos alguma coisa para deitar e dormir. Ficamos quase uma semana morando na Rua da Oração, em 1986.

A partir daí a gente morava na Rua da Oração e trabalhava na Barra. A Barra ficou sendo o nosso ponto de trabalho, todo tempo. Olha como era difícil, morávamos na Rua da Oração a uma quadra daqui, tinha um ponto de ônibus na Praça da Sé, ninguém tinha avisado pra gente que da Praça da Sé a gente conseguia chegar na Barra, a gente descia o Elevador Lacerda, pegávamos um ônibus lá embaixo na Cidade Baixa pra chegar na Barra. Um certo dia uma menina falou assim: “Vocês já trabalharam na Rua da Ajuda?”. Eu respondi: “Que Ajuda?”. Ela disse: “Uma Rua que tem aqui”. “Eu trabalho na Barra”, respondi. Aí ela perguntou: “Porque você não fica na Ajuda, pertinho daqui?”. “Mas eu nem sei onde é”, respondi. “É só subir aqui, aqui tem um ponto”, ela me disse.

Tinha muitas travestis. Todas as travestis que moravam aqui no Pelourinho, nesse período, só tinham nesse lugar. Não tinha história de travestis que moravam em outro lugar. De 1986 até os anos 1990, antes da reestruturação do Centro Histórico, todas as travestis que viviam em Salvador, quase que a totalidade, moravam no Pelourinho. As que estavam na prostituição estavam no Pelourinho, é certo isso.

Então a gente começou a trabalhar na Rua da Ajuda, era mais perto. Na rua da Ajuda dava a possibilidade de quando a rua estivesse ruim, chegar para casa. Na Ajuda,

quando a polícia estava incomodando, possibilitava ir pra casa. Era muito comum a polícia perturbar todos os dias. E a gente ficou trabalhando na Ajuda, era muito mais fácil tudo isso.

Tinha uma violência policial muito grande nesse período, a polícia era muito violenta. A Polícia Militar não prendia, mas ela fazia operações e pegava travestis. A Polícia de Choque levava para a praia do Flamengo as travestis dentro da viatura. Lá, deixavam as travestis fazer duplas e brigarem umas com as outras, para a polícia assistir, completamente nuas. Porque eles iam daqui do centro da cidade até a praia do Flamengo tirando perucas – tinha muitas que usavam perucas nesse período –, tirava uma peruca e jogava num canto, lá na frente jogava a bolsa, saía jogando os pertences de todas elas, um pertence em cada espaço, antes do carro chegar na Praia do Flamengo. Na Praia do Flamengo, eles separavam duplas e pediam que essas duplas brigassem entre si, e a dupla que perdesse a briga, no entendimento deles, ainda iam ser castigadas por eles. Então já tinha a minha dupla, que era uma outra travesti, chamada Latusa. Eu sempre pegava Latusa, a gente se agarrava, se embolava na areia e caía na praia. Isso funcionava. Quando cáíamos na praia, eles não queriam molhar a farda e não iam mais atrás da gente. Então eles não davam tiro, eles ameaçavam com revólver, mas não atiravam. Em nenhuma operação dessas, que foram muita, eles atiraram alguma vez. Eles batiam, sim. Eles pediam pra gente colocar a mão na cabeça da outra e davam ripada em cima da mão, quando iam levar a gente na praia, nisso eles eram muito violentos, mas atirar mesmo eles não atiravam.

Nesse período os clientes que circulavam em várias zonas – aqui na Ajuda, na Barra e na Pituba – já ficavam acompanhando. Quando eles viam a polícia passar, eles iam acompanhando o carro da polícia, claro que à distância. Quando a polícia ia embora, eles muitas vezes pediam pra gente entrar no carro sem roupa e eles davam carona até a casa da gente.

Mas era muito difícil você viver dentro de uma cidade que não sabia qual era a data que tinha essas operações da Polícia Militar, tampouco sabia quando a Polícia Civil viria. Porque a Polícia Civil prendia e levava para a Delegacia de Jogos e Costumes, lá deixava a pessoa presa um dia, uma noite, no outro dia o delegado mandava embora ou no máximo três noites. Eu estive aqui no período que não tinha, não sei se teve antes, não me recordo, mas nos outros estados tinha um termo que as pessoas assinavam que chamava Vadiagem, e esse termo condenava a pessoa a passar um período de três meses ou mais na prisão. Em Salvador nunca teve esse processo ou pelo menos eu não

acompanhei. Eles usavam o argumento de costume, então tinha uma delegacia especializada, que era Delegacia de Jogos e Costumes. Jogos era para coibir o jogo do bicho e Costumes era para coibir qualquer outra prática que, para os olhos da polícia ainda com resquícios da polícia ditatorial, pudesse interferir na moral e bons costumes da sociedade branca hetero cis normativa.

Então, como travestis era algo, do ponto de vista deles, abjeto, então poderia ser presa por essa condição. Então a gente ficava presa nesse sentido, mas era um enxuga gelo, porque mantinham presas três dias, depois soltavam e elas estavam na rua novamente. Em alguns casos, as travestis usavam gilete para se cortar. Entendia-se que ao se cortar, ela estava evitando de ir presa. Então, o que acontecia era: ela se cortava com uma gilete, a polícia ao invés de levá-la para a delegacia, levava para o hospital, como não ia ficar no hospital esperando todo o atendimento para levá-la presa, acabava largando ela no hospital e iam embora ou faziam o trabalho deles levar no hospital e levar embora. Em alguns casos, isso dava certo, em outros, não. Teve uma travesti que se cortou para sair da cela – isso eu presenciei uma vez – e ele liberou a gente que não tinha se cortado e a que tinha se cortado ele deixou lá. Ele já tinha entendido mais ou menos a situação que muitas delas ameaçavam dessa forma. Era a única forma que a gente tinha, não tinha um Órgão que defendesse, não tinha uma instituição, o GGB [Grupo Gay da Bahia] estava começando a atuar nesse período, mas ainda tinha umas intimidações da própria organização do Órgão. Eu não sei... Depois eles começaram a atuar mais fortemente nisso, mas nesse período era nós por nós, era a gente sozinhas no mundo e todo um aparato do Estado que vinha violentar a gente só porque estávamos trabalhando para sobreviver.

Foi nesse período que nessa casa aqui da frente – em frente ao Casarão da Diversidade, pra entrar o casarão nessa história – a gente tinha uma casa de travestis. Moravam muitas travestis nessa casa. A gente corria e se escondia nessa casa pra fugir da polícia, porque quando a gente corria e subia, a polícia não entrava. E a gente tinha uma arma nessa casa: como a ligação de energia era clandestina, tinha uma gambiarra em que ligava toda a energia da casa, bem na porta. A primeira travesti que chegava correndo da polícia desligava aquela gambiarra, então o prédio ficava completamente às escuras e a gente sabia pelas escadas qual o andar que a gente morava, e a gente já acertava todo mundo no seu quarto. A polícia, quando chegava aqui no escuro, não sabia o que fazer.

Então quando eles começaram a vir com lanternas, quando a gente subia e se escondia eles chegavam com lanternas e acabava pegando a gente dentro do prédio e

levava a gente presa. Por alguma razão era assim, pegava a gente no prédio e colocava a gente dentro da viatura e ficava a noite toda fazendo plantão com a gente na viatura. Aquela coisa de você minar psicologicamente uma pessoa, de violentar a pessoa só pelo simples prazer de violentar, porque não tinha nenhum efeito prático, não tinha uma legislação, não tinha uma orientação, não tinha uma ordem. Porque se houvesse uma ordem de algum superior, todos os plantões fariam isso, mas não tinha essa ordem, só alguns plantões faziam, eram sempre alguns desses policiais mais transfóbicos, LGBTfóbicos, enfim. Não eram todos, então não era um ordenamento da corporação. Eles faziam isso por diversão, vamos pensar assim. Botar oito pessoas dentro de uma viatura... Tinha uma viatura aqui que era aquele carro Veraneio – era um carro grande como uma caminhonete –, eles colocavam oito travestis no fundo daquele Veraneio que cabiam no máximo, apertado, quatro pessoas, mas eles colocavam oito e ficavam uma em cima da outra. Ficava a noite toda rodando, parava numa praça qualquer, na madrugada, e mandava a gente sair.

E a gente tinha esse “calvário”. A gente ia pra rua sem a certeza, não sabíamos se iríamos dormir em casa, provavelmente dormiríamos na delegacia. Dificilmente, nesse período, tinha tantos assassinatos como tem hoje. Essa violência era muito mais estrutural e organizacional do que uma violência que viesse da sociedade, que nos considerava abjeta de tudo. Como a gente estava na rua só à noite, a gente não incomodava ninguém a princípio. A gente não estava disputando espaço de poder com ninguém, estávamos querendo sobreviver e a prostituição era o único caminho. Então a gente não era ninguém, a gente não aparecia de dia, de dia estávamos dormindo ou no máximo trancada o dia todo dentro de casa, para chegar de noite e poder nos libertar. Então você não colocava a sociedade em “choque”, nesse choque, eu estou colocando um parêntese aqui, porque é a sociedade que considera um “choque”, a gente não acha que isso é choque, achamos que é algo muito natural, mas a sociedade não tinha essa visão mais clara da nossa identidade, de quem nós éramos, então não incomodávamos.

A partir do momento que você aparece, que reivindica direitos, você está nos espaços de poder também, aí você é violentado, aí “eu vou te aniquilar, você está entrando na minha área e você não pode entrar aqui”. Então, como naquele período só tínhamos nós, a gente não conseguia esse olhar mais criminalizador por parte da sociedade. Mas não apostavam que a gente poderia chegar onde chegamos hoje. Com todas as dificuldades que a gente tem, com todo retrocesso que a gente vive, alcançamos um

lugar que gente de vinte anos atrás não acreditaria, por isso que eu acho que essa violência vem mais forte hoje.

Quando a gente passou a não correr mais pra casa, porque a polícia já sabia entrar com as lanternas e pegar a gente, nós subíamos então para o Terreiro de Jesus. Como o Terreiro de Jesus era um lugar mais movimentado, o Pelourinho tinha vida nesse período. O Pelourinho fervilhava 24 horas por dia: era prostituição, era malandro, era bares, era vida e vida que você não vê hoje. O Pelourinho está completamente repaginado, mas está higienizado também. A vida que se tinha antes, não tem hoje. Você não vive o Pelourinho, você vai para o Pelourinho para tirar fotos naqueles casarões, mas hoje são casarões completamente sem vida – é bonito esteticamente, a arquitetura é muito linda, mas não tem vida, não tem a vivacidade que a gente tinha no Pelourinho antigo, no Pelourinho do mangue, no Pelourinho sem a maquiagem que foi feita. Maquiado, mas sem vida, antes não tinha maquiagem, mas tinha vida.

O Terreiro de Jesus era mais movimentado, tinha a tia que vendia acarajé, a baiana do acarajé, tinha outro que vendia bolo, tinha outro que vendia bebida, tinha o malandro todo vestido de branco cantando suas malandragens, tinha a prostituta que ficava na esquina brigando com a outra por causa do marido dela, tinha uma radiola de ficha que tocava música bem alto que ficava todo mundo ouvindo. Então, nós entendíamos que ao correr para esse espaço, era mais difícil da polícia pegar a gente, porque a gente se disfarçava, nos perdíamos em meio àquela multidão. E a gente subia a Rua Guedes de Brito nessa intenção. Nesse subir a rua Guedes de Brito, vindo da Ajuda, desce a Ladeira da Praça, sobe a (Rua) Vinte e Oito, sobe a Guedes de Brito... Tinha uma senhora nessa porta, na entrada lateral da Rua Guedes de Brito, que ela vendia maconha, a maconha ficava escondida nos seios dela, só sabia dessa história quem comprava e ela chamava a gente para se abrigar nessa casa, ela falava: “Menina, vem pra cá que a polícia não vai perturbar vocês”. Antes da polícia chegar a gente entrava e ela ficava na porta muito tranquilamente e a gente aqui dentro escondida; e a polícia passava correndo, buscando pela gente, passava por ela e subia, quando a polícia passava ela dizia: “Olha já passaram, vocês podem descer”. A gente descia pra casa ou ficava por ali, tinha um bar nessa esquina, ficava nesse bar. Eles geralmente não perturbavam se você ficasse dentro do bar.

Essa era nossa convivência de morar no ambiente em que a gente trabalhava. A Rua São Francisco, que era a rua que a gente morava, depois tinha a Rua da Oração, que era uma rua de prostituição. Toda a Rua São Francisco, que vai da Rua Vinte e Oito até a Igreja de São Francisco, era uma rua que a prostituição rolava durante o dia. Tinha

mais travestis do que mulheres cis – era uma ou outra mulher cis, mas era mais travesti. Tinha umas cinco casas em torno dessa rua, que vai aqui do começo até a Rua São Francisco que morava travestis. Como essa rua era uma rua de passagem, o Pelourinho tinha uma grande movimentação de homens. Os homens entravam nessa rua e entravam nos Castelos⁵, não sei se você já ouviu falar em Castelos, mas Castelos tinham bastante aqui. Esses Castelos que funcionavam na rua São Francisco eram especialmente naqueles lugares, na década de 80 e início da década de 90, em que o homem passando, voltando pra casa ou indo pro trabalho, entrava no Castelo, dava aquela gozada de uns cinco minutos. Era aquele ritmo “dinheiro na mão, calcinha no chão”, era essa a prática.

Porque, nesse período, os homens que queriam procurar as travestis, eles só queriam gozar. Eles não pegavam no peito, não pegavam no pau e nada disso, eles só queriam entrar nos Castelos, entrar no quarto, fechar a porta, baixar as calças, enterrar no cu da travesti sem camisinha, gozar e ir embora. Então, pagou, gozou, pagou, gozou. Você fazia oito, dez, quinze clientes por dia, durante o dia, não era à noite. As travestis que trabalhavam de dia, não trabalhavam à noite. À noite descansavam para trabalhar de dia, então tinha toda essa movimentação. Rua da Ajuda à noite, Rua São Francisco de dia.

Nesse turno todo de trabalho, o que acontecia?! As travestis criaram uma comunidade com vizinhos. Os vizinhos, mesmo sabendo o que naquela casa funcionava, os fluxos, nenhum se incomodava. Pelo contrário, enquanto a travesti estava na porta conversando, ela estava trocando papo com os vizinhos, porque eles estavam nas portas, nas janelas e passando, elas conversavam. Todo mundo sabia que as casas recebiam pessoas para gozadas rápidas, mas as pessoas não estavam nem aí. Gente, eu fico pensando assim, “como é que podia antes e não pode hoje?! Onde é que a gente errou nessa receita?!”

Porque hoje a gente não pode, hoje é muito mais difícil fazer. Dentre essas pessoas que trabalhavam, existia uma comunidade que fazia girar renda. Vinha a vendedora de perfume, vinha a vendedora de maquiagem, vinha pessoas vender roupa e vinham esses homens que chamávamos de prestamista aqui, que vendiam panela, colcha de cama e tudo. Todas essas pessoas circulavam nesse universo, porque vendiam para as travestis. Então vendia o jogo de panelas e passava semanalmente para pegar o dinheiro. Vendia um aparelho qualquer e passava depois. A mulher do perfume passava

⁵ Nome popular dado aos antigos sobrados do Centro Histórico de Salvador, geralmente onde moravam e trabalhavam mulheres, cis e trans, na prostituição.

na semana, a mulher que fazia unhas circulava nas casas todas e passava nas casas de todo mundo. A manicure ia de casa em casa.

O que as travestis faziam, como elas não tinham crédito, não tinha nem a ideia do cartão de crédito, elas ganhavam dinheiro por dia e iam nas lojas. Eu quero essa geladeira, então eu vou no gerente da loja e vou deixando todo dia um percentual na mão do gerente. Ele dá meu recibo, ao final de eu completar o dinheiro dessa geladeira, eu vou lá, levo os recibos e pego a geladeira. Perceba então que girava toda uma economia em torno dessas pessoas.

Enquanto essas pessoas estavam aqui, a mulher que vendia roupas para as travestis estava com os filhos dela na escola, pagando aluguel na casa dela, pagando as contas da luz da casa dela. Então era um dinheiro que circulava muito. A mulher que a gente morava na casa dela, todo mundo almoçava lá era um restaurante. Você entrava nesse restaurante, era um lugar que almoçava vinte ou vinte e cinco pessoas por dia, então você imagina quanto dinheiro girava nesse percurso todo. A comunidade como um todo era inserida, não era uma comunidade à parte, não era as travestis estão lá e a gente aqui, todo mundo se interagia.

Nessa época não tinha a assepsia que tem hoje no Pelourinho, né?! Então as pessoas estavam muito integradas, era uma coisa muito interessante de fazer a gente pensar assim: "Como é que mudou tudo isso? Como é que a gente perdeu essa receita?"

Tiveram que tirar todo mundo para colocar comércio e mais comércios, fazer o presépio nesse Pelourinho pra inglês ver. Hoje em dia não tem mais funcionalidade, você transita pelo Pelourinho de noite e é muito triste de ver no que se transformou essa cidade. Só quando tem período festivo que movimenta tudo, mas durante os meses que não tem festa é muito triste de ver. Ficou jogado, o Pelourinho, é ruim para quem apostou nessa ideia higienista do Estado.

Keila é questionada se a comunidade travesti que havia no Pelourinho teria construído outra espacialidade de vida comunitária em outra região da cidade, após a expulsão pela intervenção estatal de "revitalização" do Centro Histórico.

Keila Simpson: Não, então eu acho que a sacada foi essa. Ao invés de criar um ambiente só nosso, "guetizado", como esse espaço que já tinha aqui, se proliferou por todos os bairros da cidade. E isso foi uma sacada que acredito ter atuado nessa naturalização do que é ser travesti fora desse contexto. Porque antes, o que era ser travesti era aqui no Centro, aqui nessa região, ser travesti era tranquilo. Mas ser travesti em Cosme de Faria, aqui mais próximo, ou lá em Plataforma era completamente difícil. Você não saberia o que era. Hoje não, em Plataforma é um problema, aqui no Centro também é,

se tem um problema lá, aqui também tem, mas há pessoa travesti que mora naquele lugar.

Hoje parece que sai LGBT de qualquer lugar, parece que brota da terra. Você vê Salvador inteira falando que só via travestis aqui no Pelourinho, mas qualquer bairro hoje aqui em Salvador tem travesti. Isso foi muito bom, porque quando eles fizeram a reforma no Pelourinho, essa reforma higienizada, eles afastaram as pessoas, principalmente as travestis daqui, e elas precisavam sobreviver. Elas migraram para os bairros e lá nos bairros elas conseguiram então fazer daquele reduto, daquele espaço, um lugar acolhedor para elas e foram criando empatia com as pessoas. Hoje tem travestis que são lideranças dos bairros e isso para nós é muito bom.

Aos poucos as pessoas começaram a entender sobre aquele aprisionamento que a sociedade colocava para essa população, especialmente para a população trans, que eu represento, mas a gente não tinha mais como nos esconder, a grande máxima é essa. Uma pessoa com uma sexualidade lésbica, ou uma pessoa com uma sexualidade gay, pode se esconder dentro de uma passabilidade que é natural na sociedade – é homem cis e mulher cis –, mas travesti como nós, não dá para esconder. Nós vivemos num país que não usa burca, então nossa vida era muito aparente e nós não tínhamos os artifícios naquele período que nos dessem um pouco de passabilidade. Ou seja, por exemplo, hoje tem *laser*. Uma travesti que tem barba azul, ela pode fazer *laser* e acabar tirando todos os pelos do rosto. Mas naquele período, não. Como não tinha *laser*, fazia-se a barba com o *prestobarba* e ficava aquela marca azul.

Não tinha como se esconder. Se eu não tenho como me esconder, se eu tenho que viver, o que eu vou fazer da minha vida?! A prostituição é a minha possibilidade de ganhar dinheiro, a escola não vai me aceitar como eu sou, a família me expulsou de casa e a sociedade não me quer junto com ela, eu vou achar o gueto. O gueto vai me satisfazer por algum momento.

Aí você começa a pulverizar os guetos, aqueles espaços que recebem todo mundo sem discriminação, as boates e os bares. Aí começa a povoar, só que chega o momento que o gueto também não suporta mais, a sua vivência do gueto tem que passar para outro patamar. Por exemplo, na saúde a gente “guetizou” muito essa população (trans e travesti) quando o advento da Aids aconteceu no Brasil, a partir dos anos 1980, meados dos anos 1980 e início dos anos 1990. Pra uma travesti cuidar da saúde dela, ela só tinha a porta aberta na Aids. Eu digo hoje que o movimento trans é fruto da Aids. A organização dele foi feita nesse período inicial da Aids e foi uma potência para nós

ter aprendido, daquela forma, a fazer o trabalho político que a gente faz hoje – que era de saúde, mas que se transformou em uma política geral.

Então até a “guetização” desse espaço da saúde serviu de instrumento para a gente ter essa liberdade. Ratifico “essa liberdade” mesmo, num país que a gente tem liberdade pode ter aniquilamento de pessoas, pode ter violência de todo lado, tem muita violência institucional, tem um governo [Bolsonaro] que prega e dissemina a violência e ódio, mas a gente tem que dizer que a gente vive num país livre. E que não adianta matar, não adianta assassinar as pessoas. Quem assassina e quem mata deve ser punido, mas sempre vai ter alguém que vai viver, que vai querer viver quem ela é. Então o assassinato não é o melhor caminho, o caminho é dar dignidade para a pessoa viver como ela quer, porque não adiantou antes e não vai adiantar agora.

Vamos pensar agora sobre as pessoas não-binárias, estou pensando muito nisso. Essas pessoas não vão entrar numa binariedade só porque você não gosta dela, o problema é seu se você não gosta. Eu vou passar linda com a minha identidade não-binária que você não aceita e o problema é seu, eu vou receber uma violência ou outra ali, não vai adiantar, a violência não vai combater a minha força de ser o que eu sou. Precisam entender isso. Vai aniquilar uma pessoa, vai aniquilar duas, mas vai nascer cinquenta, cem, mil. É isso que as pessoas precisam compreender, é isso que precisa ficar na cara da sociedade. Essa forma violenta de intimidar as pessoas não funciona. As pessoas querem ter liberdade de ser o que elas são, na hora que elas são e como elas são e elas não precisam responder para A nem B; elas poderiam responder minimamente para a família.

A família também não tô nem aí se não me aceitar. Quem manda em mim sou eu, quem construiu minha vida fui eu. Se a família me aceitar, vamos bem, se não, eu dependendo de mim, eu não vou me ocultar dentro de algo que pra mim é libertador. A família não aceita porque a religião não quer, porque o síndico do prédio não gosta ou porque o padre da igreja condena. Foda-se vocês, foda-se vocês, eu quero viver, eu que quero viver! A minha força de vontade de viver é muito maior do que qualquer pensamento que qualquer outra pessoa pode ter, então foda-se. Acho que é isso, foda-se a sociedade que não me aceitar, eu vou continuar a ser o que eu sou!

Instigada a falar sobre territórios ocupados pela população LGBTQIA+ nos arredores do Pelourinho, Keila expande sua narrativa cartográfica.

Keila Simpson: Então, nesse processo de higienização [do Pelourinho], acabaram também com a Rua da Ajuda. A Rua da Ajuda, tempos depois desse processo, tinha um

ponto de ônibus e um estacionamento. Esse estacionamento, um bloco alugou por um tempo. Era um bloco de carnaval que começou a fazer ensaio lá. Aquilo meio que levou a uma elitização daquele espaço. Nós ficávamos na rua, como éramos as abjeções do pedaço, fomos convidadas a nos retirar dali e a gente foi para a Avenida Sete, [Largo dos] Aflitos naquela região, trabalhar ali. Aquela Avenida Sete se transformou, então, num ponto de prostituição, até hoje.

A Rua Carlos Gomes nesse período, era um espaço LGBT, começava na ladeira perto da bandeira, na Boate Tropical, de Marcos Melo. Subindo a Carlos Gomes em frente à Igreja, que na época era o Cine Bahia, tinha uma boate chamada Is'Kiss. Mais à frente tinha a Boate Caverna, do lado tinha a Boate Adé Aló, do lado tinha uma outra, o Bar Charles Chaplin. Então daquele entorno até chegar ali nos Aflitos, aquela zona toda fervia. Se aqui [Pelourinho] fervilhava o manguê, o baixo manguê, se aqui fervilhava o baixo meretrício, a Carlos Gomes era o alto meretrício. A elite LGBT de Salvador ficava na rua Carlos Gomes. Você via, por exemplo, os meninos gays fazendo show de transformista. Eles rodavam toda essa zona com as bolsas, com os vestidos e com o LP na mão. Era LP que levava para a boate para botar o show, para fazer show, e eles andavam tranquilamente, elas rodavam pelas ruas.

Na Rua Rui Barbosa, tinha duas boates de mulheres: Anjo Azul e Palace Pigalle. Então ficava nesse entorno da Rui Barbosa o Palace Pigalle e a boate Anjo Azul os gringos frequentavam. O Blasé, que era esse bar aqui da esquina, era para onde subiam os filipinos que vinham dos navios e ficavam aqui circulando com as mulheres.

Rua da Ajuda: prostituição de travestis. Descendo o Pau da Bandeira, a Boate de Marcos Melo, Tropical. Todo esse entorno aqui, sexta, sábado e domingo fervilhava vinte e quatro horas por dia. Se aqui era o baixo meretrício, lá era o baixíssimo do baixo. Todos esses quarteirões daqui, Carlos Gomes e Aflitos, Pelourinho e o circuito aqui, tudo isso era uma vivência em que estavam inseridas as travestis e a população LGBT como um todo. Porque as pessoas iam para as boates, as pessoas circulavam livremente de uma boate para a outra. Você via às cinco horas (17h) tinha matinê na Boate Tropical, oito ou nove horas da noite começava na Boate Is'Kiss, dez e meia noite era na Caverna e duas horas da manhã estava na Adé Aló.

Era uma confusão de atividades que as pessoas ficavam e frequentavam. As pessoas tinham uma liberdade. Você não tinha medo de transitar nessa cidade em nenhum momento nesses quarteirões porque não tinha ninguém que iria te violentar, que iria te assaltar e ninguém que iria te intimidar, não tinha. Em 1994, quando Don Kulick veio para

cá fazer o livro Travesti⁶, Don vinha lá da Graça, onde ele morava, até aqui na Rua Vinte e Oito, na Rua São Francisco, a pé, com a mochila dele, com a câmera fotográfica, com o computador. Ele vinha tranquilamente andando e saía dez/onze horas da noite andando. Hoje se Don chegar aqui eu tenho que andar com ele agarrada, grudada com medo dele sofrer qualquer coisa, na hora que seja.

Então perceba: tinha todo esse contexto de ser muito viva a noite e a Rua Carlos Gomes, então se torna de fato um espaço LGBT, que os bares funcionavam como aqui na Rua Vinte e Oito. Você trocava os bares: tomava uma cerveja em um, um drink no outro. Um cliente de um bar não ficava a noite toda no mesmo bar, ele tomava uma, duas cervejas num bar, tomava uma caipirinha em outro, no outro comia um sanduíche, então tinha essa circulação.

O Beco da Baiuca, ali no carnaval dos anos 1980 até o início dos anos 2000, 2010, vamos pensar assim, quando o carnaval ainda fervilhava aqui no Centro, não tinha também essa higienização, esse apartheid que fizeram com o carnaval da Barra. Aquele beco era onde ficavam as travestis todas, no carnaval. Era na segunda-feira na Praça Castro Alves, na segunda-feira gorda, e durante todos os outros dias era no Beco da Baiuca. Aquele prédio que tem ali, que liga a Rua Carlos Gomes ao Largo Dois de Julho, todo aquele reduto, principalmente, era o reduto mais LGBT de Salvador. Agora está se transferindo para o Rio Vermelho, também está bem higienizado lá, não gosto muito daquela parte.

Keila é instigada a falar sobre o direito à cidade para a população trans e travesti.

Keila Simpson: Ah, é bem, bem difícil falar de direito à cidade. Direito à cidade me remete a liberdade. Direito à cidade me remete a você experimentar a cidade como ela é. E Salvador não é uma cidade aprazível. Falo que toda essa liberdade que a gente tem aqui, Salvador não apresenta para nenhuma pessoa, especialmente para nossa comunidade LGBTQ+, mais especialmente ainda para a população trans, que não tem direito a essa cidade. Ela todo dia briga para ganhar esse direito. Todo dia briga quando ela vai pegar um ônibus, que é extremamente caro, que é extremamente desconfortável; quando ela mora num lugar que não tem uma estrutura mínima de limpeza pública

⁶ Keila se refere aqui ao livro “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil”, do antropólogo norte-americano Don Kulick, que foi publicado originalmente, nos Estados Unidos, em 1998 e só traduzido para o português e publicado no Brasil em 2008. Keila Simpson é interlocutora e personagem central da narrativa etnográfica escrita por Kulick, foi a partir do contato com ela que ele conseguiu penetrar no universo das travestis do centro histórico de Salvador, tema de sua pesquisa.

ou de iluminação; quando ela não tem direito assegurado, que para uma pessoa cis-gênero é universal e, quando é uma pessoa trans, ela não acessa. Acho que isso também não é uma cidade que é aprazível para essa população, e sobretudo pela forma como a sociedade ainda hoje vê essa população como pessoas abjetas, como pessoas a quem não devem ser dados direitos.

Eu acho que uma cidade que poderia se chamar de cidade aprazível para uma população, ela precisava perder esses vícios. Esses vícios que são muito mais elitizados, ou elitistas, do que ter somente aparatos de segurança. Porque eu acho que uma cidade que não dá segurança de você transitar livremente por ela, não pode se dar essa imagem de que inclui as pessoas. Falam sobre a segurança como um componente muito importante para toda a esfera da sociedade, mas para a população LGBTQ+, para a população trans, ela tem um agravante, porque as pessoas cometem qualquer tipo de violência gratuita contra essa população, porque têm certeza da impunidade.

Acesso a espaços públicos eu acho bem importante, né? Uma cidade que não tem a possibilidade de você ter um museu importante, que tenha uma temporada que seja franqueada entrada para todas as pessoas, eu acho que também é uma falha. Uma cidade que não consegue fazer um show em que receba essa população, também ela não é uma cidade aprazível.

E as festas dessa cidade, aí talvez seja o cerne da questão, com a elitização que fica nesta cidade (Salvador), eu não posso chamar esta cidade de uma cidade equânime para todo mundo, né? Então, ela tem sempre uma divergência entre quem tem poder aquisitivo, que vai pular Carnaval, como se diz no "bom baianês", nos camarotes da Barra, Ondina. E quem não tem nenhum dinheiro vem cair aqui no Carnaval Ouro Negro do governo do estado. Então, aí inclui nessa população que vem brincar no Carnaval Ouro Negro, a população LGBTQ+ e a população trans também. Perceba só essa divergência de espaços de diversão pública.

No Carnaval, veja quem está pulando nos blocos do circuito Barra-Ondina e olha quem está pulando nos blocos que estão circulando no Pelourinho. Eu sempre observo isso para ter a dimensão exata de onde a minha população está. Onde é que a minha população está brincando no Carnaval? Odeio Carnaval da Barra-Ondina, nunca fui, não iria. Eu fui uma vez só trabalhar, não acho que é um lugar tranquilo para brincar, principalmente pelas pessoas. Mas eu acho que esse direito deve se dado a todo mundo. De todo mundo participar de tudo, já que é uma festa democrática.

Estou usando o Carnaval como plano de fundo, porque ele emblematisa muito, na minha concepção, de como a minha população, especialmente, faz parte dessa cidade. Estou usando o Carnaval para fazer uma comparação geral: o Carnaval da Barra como Carnaval elitizado, da classe média alta, branca, cisheteronormativa; apesar de ter o Beco da Off, que é muito gay, mas ainda assim é gay elitizado. Uma bichinha que vai lá de Plataforma chegar no Beco da Off, ela vai ser hostilizada por quase a maioria da população que está ali. Imagino o Carnaval da Avenida (Sete de Setembro) como o Carnaval que equilibra um pouco, mas que ainda deixa muito a desejar, mesmo com esse aparato de trios que tem brincado cada vez mais sem cordas. Para mim, o Carnaval deveria permanecer sem corda para todo mundo. Mas quando eu vejo aqui os terreiros de Candomblé que fazem esse Carnaval lindo nessa praça aqui [Praça da Sé] onde está toda a minha comunidade, eu vejo que ainda existe essa grande diferenciação nessa cidade. Então a cidade não é para todos, quando ela segrega essas pessoas, especialmente no momento da diversão.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: notas sobre uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

Recebido em: 09/01/2025

Aceito em: 30/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74471

Como citar: SIMPSON; Keila; LIMA, Eduardo Rocha; CAUCAIA, Fayola. Centro Histórico Travesti: Uma conversa com Keila Simpson. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 15, n. 1, p. 173-192, 2026.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL